

Para além da sala de aula: relato de experiência de educação patrimonial na Floresta Amazônica

Beatriz da Silva Gomes¹
Marcelo Chemin²

O presente estudo aborda a educação patrimonial para alunos do ensino básico no Bioma Amazônia. Objetiva descrever e analisar experiências pedagógicas trabalhadas por uma docente mediante oficinas e aula de campo sobre a preservação da Floresta Amazônica. Discute uma perspectiva de convergência entre a educação tradicional e práticas pedagógicas que trabalham simultaneamente conceitos e valores do patrimônio e práticas turísticas, de modo a envolver o sujeito e o sentido pertencimento. O relato de experiência aborda a vivência da docente, desdobramentos e desafios das oficinas de educação patrimonial com turmas de anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, no âmbito de aulas de Geografia em uma instituição privada de Ensino Básico da cidade de Manaus, estado do Amazonas, no Brasil. Os dados foram obtidos através da técnica de observação participante, caderno de campo e registros fotográficos. As oficinas e aulas de campo foram realizadas ao longo do ano de 2022 e contaram com a participação de aproximadamente 100 alunos que visitaram três patrimônios da cidade de Manaus. Os resultados demonstram a relevância da educação patrimonial e de práticas pedagógicas que articulam a vivência do bioma aos significados histórico e geográfico desses locais bem como a sua importância para a dinâmica da preservação Amazônica. A tríade educação, patrimônio e turismo é apresentada como oportunidade para algumas mudanças metodológicas de educação tradicional. Outro ponto defendido é a introdução de educação patrimonial para estimular o protagonismo do aluno nas dinâmicas de ensino. A partir da experiência relatada foram elaboradas recomendações para escolas, professores e espaços patrimoniais, que devem auxiliar profissionais de educação interessados na prática do tema.

Palavras-chave: Educação patrimonial; BNCC; Turismo; Geografia; Floresta Amazônica.

INTRODUÇÃO:

Dias atrás, Paulo, um estudante de escola pública de Curitiba, aos seis anos de idade, me abordou ao chegar da escola e contou um pouco sobre uma das suas aulas. Ele descreveu vários pontos turísticos e patrimônios da cidade com muitos detalhes. Surpresa com a riqueza da descrição, perguntei a ele:

- Você já foi em algum desses lugares? e Paulo respondeu: - Não! A professora passou vídeos do Youtube sobre eles.

Este diálogo, ocorrido em uma escola da capital paranaense, motivou a elaboração deste relato. O entusiasmo de Paulo, possibilitou aproximar dois momentos da docência, em territórios distantes entre si, e colocá-los na perspectiva de uma discussão sobre a relevância do aluno como protagonista das práticas pedagógicas que o incluem efetivamente em rotinas de ensino em patrimônios como espaços de vivência e aprendizagem.

¹ Licenciatura e Bacharelado em Geografia e Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). MBA em Pedagogia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora de Geografia da educação básica.

² Bacharel em Turismo pela UEPG. Mestrado em Turismo e Hotelaria (UNIVALI). Doutor em Geografia (UFPR). Pós-doutorado (UNL/Lisboa). Professor Titular da UFPR, no curso de Gestão de Turismo (Setor Litoral) e Mestrado em Turismo (Curitiba).

Ocorre que tais práticas dependem de uma articulação institucional que envolve o apoio e suporte direto da escola, que enfrenta limitações orçamentárias e também de visão educacional sobre este tema e a disponibilidade de professores, que em sua maioria não são estimulados a produzirem para além da sala de aula. Trata-se, portanto, da presente situação como um problema social, centrada no componente educacional, e por conseguinte, estratégico, em termos de desenvolvimento territorial, pois o uso criativo e sustentável de bens patrimoniais, sobretudo pelo turismo, depende diretamente de conhecimento e valorização social.

Nesse contexto, este relato objetiva descrever e analisar experiências pedagógicas trabalhadas por uma docente mediante oficinas de educação patrimonial e aula de campo com aproximadamente 100 alunos de anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, no âmbito de aulas de Geografia em uma instituição de Ensino Básico da cidade de Manaus, estado do Amazonas, no Brasil. Será destacada a vivência da docente, desdobramentos e desafios das oficinas e aulas de campo de educação patrimonial em três patrimônios da capital do Amazonas.

PROBLEMÁTICA E RELEVÂNCIA:

Os professores da educação básica encontram barreiras para a promoção do ensino aprendizagem na perspectiva do patrimônio, são elas: baixa prioridade de aulas de campo no calendário escolar, além da ausência de incentivo e apoio por parte da coordenação e direção para atividades de campo através de roteirização temática. Além disso, não há um material pedagógico de orientação dedicado exclusivamente à prática de educação patrimonial, que é mencionada em documentos diversos relacionados à educação, cultura e preservação do patrimônio, todavia, de forma generalizada, sem procedimentos definidos e articulados.

Essas barreiras dialogam diretamente com a crítica de Moran (2007, p. 02), para quem a educação continua com métodos e práticas em sua maioria tradicionais:

[...] é uma instituição mais tradicional e inovadora. A cultura escolar tem resistido bravamente às mudanças. Os modelos de ensino focados no professor continuam predominando, apesar dos avanços teóricos em busca de mudanças do foco do ensino para o de aprendizagem. Tudo isto nos mostra que não será fácil mudar esta cultura escolar tradicional, que as inovações serão mais lentas, [...].

Diante do exposto, um primeiro passo na superação dessas barreiras, que são problemas educacionais e sociais, demanda a compreensão dos marcos institucionais que dão sustentação às práticas pedagógicas propriamente ditas. Nesse sentido, a inserção de temas atuais na educação básica foi possibilitada a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, que no artigo 26 afirma:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 2006, p. 40).

Geralmente os docentes responsáveis pela inserção e desenvolvimento de projetos com aulas de campo são, geralmente, da área de Ciências Humanas, com destaque para História e Geografia. Esta, inclusive, tem incluído em seus livros didáticos o referido tema, mesmo que suas concepções sejam apenas sob o enfoque econômico ou de promoção das belezas naturais brasileiras (FONSECA FILHO, 2007).

Atendendo às orientações do MEC, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os alunos brasileiros devem adquirir ao longo da educação básica. Embora não haja um domínio específico dedicado à Educação Patrimonial, a BNCC enfatiza a importância de temas relacionados ao patrimônio cultural, ambiental e histórico em diversas fases e áreas do conhecimento.

Segundo este documento, os direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento são concretizados através de competências e habilidades trabalhadas ao longo da Educação Básica. O conceito de competência é definido como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8). Na Educação Infantil, o patrimônio cultural é valorizado nos campos de experiências, “os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2018, p. 40).

A segunda etapa da Educação Básica, o Ensino Fundamental, está dividida em cinco áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ensino Religioso), cujos componentes curriculares estão organizados em Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano) (BRASIL, 2018, p. 27). Nessa etapa fica claro a contextualização da abordagem temática do patrimônio de forma isolada, sem que haja uma progressão para a próxima etapa, propagando um caminho desafiador em relação a valorização e preservação do patrimônio natural, material, imaterial e não só o cultural.

No Ensino Médio, última etapa da educação básica, estão agrupadas quatro áreas do conhecimento (Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza

e suas tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), cada uma com suas competências e habilidades específicas. As discussões sobre patrimônio deveriam aparecer como aprofundamento e ampliação daquilo que foi desenvolvido durante o Ensino Fundamental (BRASIL, 2018, p. 475) mas somente uma área do conhecimento é contemplada, linguagens e suas tecnologias, reduzindo a expectativa interdisciplinar apresentada no ensino fundamental.

Quadro 1: A compreensão do patrimônio no campo das competências - BNCC.

Etapas	Competências
Educação Infantil	A organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (BRASIL, 2018 p.42)
Ensino Fundamental	Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas. (BRASIL, 2018 p.67) Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2018 p.200)
Ensino Médio	Nesse sentido, a tradição literária tem importância não só por sua condição de patrimônio, mas também por possibilitar a apreensão do imaginário e das formas de sensibilidade de uma determinada época, de suas formas poéticas e das formas de organização social e cultural do Brasil, sendo ainda hoje capazes de tocar os leitores nas emoções e nos valores. Além disso, tais obras proporcionam o contato com uma linguagem que amplia o repertório linguístico dos jovens e oportuniza novas potencialidades e experimentações de uso da língua, no contato com as ambiguidades da linguagem e seus múltiplos arranjos. (BRASIL, 2018 p.525)

Fonte: (BRASIL, 2018). Organização: autores.

Quadro 2: A compreensão de patrimônio no campo das habilidades - BNCC

Etapas	Área do conhecimento	Habilidades
Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	(EF15LP15) Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade. (BRASIL, 2018 p.99)
	Arte	(EF15AR25) Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas. p.205

		(EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas. (BRASIL, 2018 p.213)
	Educação Física	(EF35EF01) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural. (BRASIL, 2018 p.231) (EF35EF03) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas. (BRASIL, 2018 p.231) (EF67EF20) Executar práticas corporais de aventura urbanas, respeitando o patrimônio público e utilizando alternativas para a prática segura em diversos espaços. (BRASIL, 2018 p.237) (EF89EF19) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando o patrimônio natural e minimizando os impactos de degradação ambiental. (BRASIL, 2018 p.241)
	Língua Inglesa	(EF08LI06) Apreciar textos narrativos em língua inglesa (contos, romances, entre outros, em versão original ou simplificada), como forma de valorizar o patrimônio cultural produzido em língua inglesa. (BRASIL, 2018 p.259) (EF08LI07) Explorar ambientes virtuais e/ou aplicativos para acessar e usufruir do patrimônio artístico literário em língua inglesa. (BRASIL, 2018 p.259)
	Ciências	(EF09CI12) Justificar a importância das unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do patrimônio nacional, considerando os diferentes tipos de unidades (parques, reservas e florestas nacionais), as populações humanas e as atividades a eles relacionados. (BRASIL, 2018 p.353)
	Geografia	(EF05GE11) Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência (lixões, indústrias poluentes, destruição do patrimônio histórico etc.), propondo soluções (inclusive tecnológicas) para esses problemas. (BRASIL, 2018 p.381)
	História	(EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados. (BRASIL, 2018 p.413) (EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo. (BRASIL, 2018 p.417)
Ensino Médio	Linguagens e suas tecnologias	(EM13LGG601) Apropriar-se do patrimônio artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de legitimação das manifestações artísticas na sociedade, desenvolvendo visão crítica e histórica. (BRASIL, 2018 p.498)

Fonte: (BRASIL, 2018). Organização: autores.

Os quadros 1 e 2 demonstram que a Base Nacional Comum Curricular, como documento norteador das práticas em sala de aula, se atém a uma abordagem fragmentada e superficial na exposição do tema de patrimônio e sua aplicabilidade para educação básica, o que implica em um ambiente escolar de baixa prioridade e pouco incentivo para aulas de campo em espaços patrimoniais. Por conseguinte, pouco sentido há em materiais pedagógicos de orientação à prática de educação patrimonial.

O tema é relevante para a educação na formação do cidadão, porém o impacto na falta de coesão entre o exposto no documento, o conceito de patrimônio e a formação do cidadão no que diz respeito às contribuições de pertencimento, valorização e preservação dos espaços em diferentes escalas se torna desafiador.

O turismo poderia ser um tema inserido na educação básica através do conceito de patrimônio, como artifício possibilitado pela Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96, que garante aos currículos uma base nacional comum, podendo desenvolver um novo olhar do aluno para a relevância das características regionais, locais nos contextos globais de desenvolvimento territorial.

METODOLOGIA:

Este trabalho apresenta um relato de experiência que aborda vivências, desdobramentos e desafios da realização de oficinas de educação patrimonial com turmas de anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, no âmbito de aulas de Geografia em uma instituição privada de ensino básico da cidade de Manaus, estado do Amazonas, no Brasil. Os participantes foram aproximadamente 100 alunos, com idade entre 12 e 16 anos.

Os dados aqui sistematizados foram obtidos através da técnica de observação participante, caderno de campo e registros fotográficos feitos pela docente e primeira autora do presente relato.

Segundo Minayo, a “observação participante” pode ser considerada como parte principal do trabalho de campo, sendo:

Um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (MINAYO, 2013, p. 70).

As oficinas foram realizadas ao longo de 2022 e contaram com visitas presenciais ao Museu da Amazônia, Instituto Soka Amazônia e Bosque da Ciência, ambos na mesma cidade da instituição. As oficinas contaram com a anuência dos responsáveis dos alunos.

RESULTADOS:

O processo de organização e articulação

A realização de aulas de campo depende de muita organização, comunicação e responsabilidade. Trata-se de um processo de construção que tem início através de uma organização prévia com a direção da escola, que, geralmente, precisa enviar aos responsáveis pelos alunos, um documento que explique a importância e relevância da aula em ambiente externo. Além disso, deve-se trabalhar uma autorização formal que legitime e viabilize a participação dos estudantes. Em seguida, consolidado o número de participantes, a escola pode dar início a logística, que envolve as questões relacionadas à mobilidade, transporte e contato com locais alvo.

No entanto, nossa experiência não ocorreu dessa forma. A responsabilidade pela articulação, organização e logística ficou totalmente a cargo da docente. O financiamento ocorreu pelos responsáveis dos alunos. A comunicação durante o processo, antes das aulas propriamente ditas, envolveu apenas a professora, alunos e responsáveis.

Ao adentrar a sala de aula, fui recebida com efervescência típica das turmas da educação básica diante da ansiedade por aulas de campo. O tema da aula, educação patrimonial, despertava curiosidade e expectativa nos alunos, enquanto eu, professora, sentia-me encarregada de uma missão que transcende o simples repasse de conhecimento. Nesta perspectiva, eles se tornaram parte integrante da construção dos conceitos teóricos da Geografia para além do que havíamos aprendido no livro didático.

Nesse momento pré-aula de campo, antes de iniciar a explanação habitual, procurava abordar a importância vital da educação patrimonial. Explicava em salas que, muito além de memorizar datas e eventos históricos, a preservação dos patrimônios de uma sociedade é um reflexo do respeito pela própria identidade e herança coletiva. Para tornar o aprendizado mais significativo, decidi enraizar a aula na própria realidade dos alunos. Para isso, usei a ferramenta Google Maps. A projeção explorava a relação entre eles, seus espaços de vivência, os patrimônios escolhidos para as aulas de campo e a cidade. Ao fazer isso, pude perceber engajamento e reconhecimento, à medida que identificavam lugares familiares que até então não tinham associado à sua importância histórica e geográfica em contextos mais amplos.

Após estabelecer uma base sólida de entendimento, introduzi as atividades práticas planejadas para aulas de campo e visitas técnicas. Os alunos foram orientados a preencher um formulário técnico, ao longo das visitas, sobre os conceitos da geografia já aprendidos. Esta abordagem prática

e participativa visava não só estimular a pesquisa autônoma, mas também promover um senso de responsabilidade e conexão com o patrimônio local.

À medida que a aula chegava ao fim, pude testemunhar o fruto do nosso trabalho: alunos engajados, motivados, discutindo animadamente sobre a importância da valorização e preservação dos espaços visitados. Mais do que transmitir conhecimento, pode-se dizer metaforicamente que aquela aula havia plantado uma semente de curiosidade e apreciação pelo patrimônio, uma semente que esperava ver florescer ao longo de suas jornadas educacionais e além.

Educação patrimonial em aula de campo

Seguem os relatos em cada um dos patrimônios:

1. MUSA - Museu da Amazônia³

Em uma manhã, alunos da educação básica aguardavam o ônibus que os levaria a uma jornada única de aprendizado: uma visita ao Museu da Amazônia (MUSA). Localizado no coração da floresta amazônica, este museu oferece uma experiência imersiva e educativa sobre a riqueza da biodiversidade e cultura amazônica. Ao chegarem, foram recebidos por guias educacionais que os acompanharam durante a visita.

Após uma breve introdução sobre a importância da preservação da Amazônia, foram divididos em grupos e receberam orientações sobre as áreas que exploraram.

A primeira parada da jornada foi a trilha interpretativa, um caminho sinuoso que serpenteava pela floresta recriada no museu. Guiados por especialistas, os alunos puderam observar de perto a diversidade de flora e fauna da Amazônia, aprendendo sobre as interações complexas entre os diferentes ecossistemas e a importância da conservação para a sobrevivência dessas espécies, como mostra a Fotografia 1.

Fotografia 1: Interação dos estudantes com painéis interpretativos

³ <https://museudaamazonia.org.br/>



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

Em seguida, os alunos foram conduzidos aos ambientes interativos do museu, para explorar maquetes, exposições interativas e audiovisuais que destacavam aspectos diversos da cultura e história amazônicas. Antes de partir, foram convidados a participar de uma sessão de reflexão, cujo intuito era compartilhar impressões e aprendizados do dia. Muitos expressaram um renovado senso de apreciação e responsabilidade pela preservação da Amazônia, destacando a importância de ações individuais e coletivas na conservação desse ecossistema vital.

2. Bosque da Ciência - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)⁴

Ao chegarem ao Bosque da Ciência, os alunos foram recebidos por guias educacionais do INPA, que os acompanhariam durante toda a visita. A primeira parada da jornada foi nos trilhos ecológicos, uma série de trilhas cuidadosamente projetadas que atravessavam diferentes ecossistemas amazônicos (Fotografia 2).

Os alunos observaram de perto a diversidade de plantas, animais e insetos da região e aprenderam sobre suas adaptações e interações no ambiente natural. Em seguida, foram levados aos viveiros de pesquisa do INPA, para aprender sobre os esforços de conservação e reprodução de espécies ameaçadas de extinção.

Fotografia 2: Estudantes em trilha imersiva

⁴ <http://bosque.inpa.gov.br/>



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

Para complementar a experiência, foram convidados a participar de atividades interativas e demonstrativas em diversos espaços do bosque. Experimentaram jogos educativos, observaram experimentos científicos em andamento e, até mesmo, participaram de demonstrações práticas de técnicas de pesquisa utilizadas pelos cientistas do INPA.

3. Instituto SOKA⁵

Os alunos da educação básica aguardavam a oportunidade de explorar o Instituto Soka. Esta aula de campo foi uma jornada de descoberta cultural e educação humanística, em que teriam a chance de ampliar seus horizontes e desenvolver uma compreensão mais profunda da cidade.

Ao chegarem ao Instituto Soka, os alunos foram recebidos por membros da comunidade e orientadores educacionais. Uma breve apresentação sobre a missão e os valores do instituto foi oferecida, destacando o compromisso com a educação humanística, a promoção da paz e o desenvolvimento do potencial humano. A aula de campo promoveu as ações educativas do Instituto Soka Amazônia que visam criar consciência socioambiental e estimular atitudes sustentáveis para a proteção da vida do planeta.

Os alunos participaram de atividades que envolveram a conservação e proteção da biodiversidade na Reserva Particular e Patrimonial Natural Dr. Daisaku Ikeda, a conhecendo através de trilhas (Fotografia 3).

⁵ <https://institutosoka-amazonia.org.br/>

Fotografia 3: Percurso educacional no ambiente de floresta



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

Os alunos finalizaram os estudos in loco compreendendo sobre os programas na área florestal para ampliar a oferta de espécies do bioma amazônico por meio identificação de árvores matrizes, coleta de sementes e mudas florestais para uso em programas educativos, de reflorestamento e arborização.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E CONCLUSÕES:

As aulas dentro do ambiente escolar convencional, como as ministradas em salas de aula, são caracterizadas por métodos de ensino que dificultam conexão teoria e prática, resultando em um processo de ensino-aprendizagem bastante estático, desmotivador, centrado no professor e, conseqüentemente, propenso a tornar os alunos passivos, o que reflete em baixa participação.

Como resultado, algumas das deficiências do sistema educacional atual podem ser parcialmente resolvidas com práticas de educação patrimonial. Os alunos passam a construir conhecimento, tornando-se agentes ativos, e a compreensão da interdisciplinaridade é facilitada pelo ambiente natural, o que também promove a socialização do conhecimento de forma natural. Esses fatores específicos contribuem para desafiar os paradigmas presentes no sistema educacional vigente.

Sendo assim, seguem algumas recomendações:

Para escola: Promover reuniões preparatórias e de sensibilização com responsáveis; Escolas localizadas em destinos turísticos devem evitar aulas de campo em períodos de alta demanda, uma vez que a diferença de interesse e motivações de perfil de público podem interferir na qualidade da aula; Aulas de campo devem estar programadas no calendário escolar anual, do mesmo modo que as datas de festividades são apresentadas nas reuniões aos responsáveis no início do ano, as aulas de campo também necessitam da mesma importância.

Para professores: Para que aulas de campo envolvam a comunidade escolar e sejam um diferencial é necessário a construção de planejamentos que contemplem no mínimo três disciplinas e que, após as visitas, os alunos sejam capazes de compreender a relevância da transdisciplinaridade para a construção do conhecimento; visita prévia para preparação e conhecimento dos recursos de interpretação patrimonial disponíveis.

Espaços patrimoniais: O investimento em infraestrutura para receber grupos escolares é significativo. Os espaços patrimoniais devem pensar em momentos de pausa durante a visita e oferecer lugares para que os alunos possam comer e se hidratar de forma segura. Além de guias que estejam treinados para o uso de uma linguagem adequada ao público.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 04/03/2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 04/03/2024.

FONSECA FILHO, A da S. Educação e Turismo - reflexões para a elaboração de uma Educação Turística. In: Revista Brasileira de Turismo, Brasil, v.1, n.1, p.5-33, 2007a. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/view/77/76>. Acesso em: 04/03/2024.

HORTA, M.L.P., GRUNBERG, A., MONTEIRO, A. Q. Guia básico de Educação Patrimonial. IPHAN, Brasília: 1999. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf. Acesso em: 04/03/2024

MORAN, J.M. A integração das tecnologias na educação. 2007. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/prof/moran/integracao.htm>. Acesso em: 04/03/2024

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PELEGRINI, S. C. A. Os bens intangíveis e as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: histórias, narrativas e memórias. III Encontro De História Da Arte. Campinas, 2007.